



77
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

Camara Municipal de Ribeirão Preto



Protocolo Geral nº 17728/2019
Data: 08/11/2019 Horário: 15:51
Legislativo -

Ribeirão Preto, 24 de outubro de 2019.

Of. n.º 4.143/2019-CM

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei Complementar que: **“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, APROVA O PLHIS - PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, apresentado em 18 laudas mais o Anexo, justificando-se a propositura pelas razões que adiante seguem.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

O presente projeto de lei complementar tem por objetivo instituir no município de Ribeirão Preto a Política Municipal de Habitação, com base nas disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 10.257/2001 e da Lei Complementar Municipal nº 2.866/2018, bem como aprovar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

Importantes avanços na área da habitação foram realizados ao longo desses 03 (três) anos: fora criado pelo Decreto Municipal nº 360/2017, em âmbito municipal, o Programa de Regularização Fundiária, que junto com o Decreto nº 150/2019 incluiu 49 (quarenta e nove) núcleos urbanos informais aptos a receberem intervenções urbanísticas, possibilitando que as unidades habitacionais erguidas nesses locais sejam devidamente registradas junto as serventias imobiliárias competentes. Em decorrência deste Programa, mais de 1500 (mil e quinhentas) famílias já receberam neste ano de 2019 os títulos de propriedade dos lotes das unidades habitacionais em que vivem.

Atendendo-se a dispositivo contido no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), houve a revisão do Plano Diretor Municipal com a edição da Lei Complementar Municipal nº 2.866/2018, instrumento essencial para o correto ordenamento urbano do município. E, para a ampliação das diretrizes referentes aos diagnósticos sociais e habitacionais no município, e em atendimento ao artigo 177, inciso I, letra “f”, da Lei Complementar Municipal nº 2.866/2018, no ano de 2019 (Plano Diretor) realizamos a atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Esse Plano constitui um conjunto articulado de diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacional, perenizando as diretrizes e orientações aos gestores



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

municipais do presente e do futuro, legisladores e sociedade, para buscar viabilizar o propósito pretendido.

Em atendimento ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, mormente no que trata ao direito à moradia digna como instrumento de inclusão social da população de baixa renda, imperativo posto no artigo 6º da Constituição Federal; e sendo também do Município a competência de instituir políticas de melhorias das condições habitacionais, conforme artigo 23, inciso IX, da Carta Magna, apresentamos o presente Projeto de lei complementar, que versa sobre a instituição, no âmbito do Município de Ribeirão Preto, da Política Municipal de Habitação.

A Política de Habitação é instrumento de elevada monta para subsidiar o desenvolvimento social na cidade, e está previsto nos artigos 127 e 128 da Lei Complementar Municipal nº 2.866/2018, que define, respectivamente, seus objetivos e diretrizes.

Relevante colocar que o presente Projeto de lei aprova a atualização feita para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), conforme consubstanciado no artigo 177, inciso I, letra “I”, da Lei Complementar Municipal nº 2.866/2018, como já mencionado, que segue como anexo do Projeto de Lei.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) substância desta lei, foi submetido a 5 (cinco) audiências técnicas e públicas, apresentado ao Conselho Municipal de Urbanismo, ao Conselho Municipal de Habitação, e também à Promotoria de Urbanismo e Habitação, conforme detalhado no relatório anexo, que menciona também o recebimento das contribuições para aprimoramento do texto base. Foram recebidas 64 propostas, sendo que 54 delas pertinentes ao texto, tendo sido acolhidas total ou parcialmente 40 (74%) e não acolhidas 14 (26%), com as devidas justificativas em anexo.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

O Projeto de lei também modifica a Lei Complementar nº 2.351/2019, que dispõe sobre a criação, competências e composição do Conselho Municipal de Moradia Popular que passa a ser denominado de Conselho Municipal de Habitação, conforme definição do Plano Diretor do Município.

Por fim, o presente Projeto de lei inclui, no seu âmbito, o disposto na Lei de Habitação de Interesse Social, Lei Complementar Municipal nº 2.927/2018, que regulamenta e detalha aspectos técnicos e operacionais, inclusive incentivos fiscais e urbanísticos em favor de programas e projetos de habitação de interesse social, disciplinando as normas edilícias para habitação de interesse social, empreendimentos de habitação social e empreendimentos na zona especial de interesse social no Município de Ribeirão Preto.

Sobre as modificações que são propostas à Lei Complementar nº 2.927/2018, o Projeto de Lei propõe a alteração do artigo 5º no que se refere à localização dos lotes vinculados a HIS. De acordo com o citado artigo 5º da Lei Complementar nº 2.927/2018, o potencial construtivo deve ser destinado para HIS em lotes vinculados a HIS e localizados em ZEIS 1, com possibilidade de estarem localizados, excepcionalmente, na mesma Unidade de Ocupação Planejada.

Os empreendedores da construção civil propuseram flexibilização sobre a localização da produção de HIS com o argumento que ela poderia inviabilizar empreendimentos e, ao contrário, poderia, com critérios, favorecer a Política Municipal de Habitação, sobretudo na produção de moradias para as faixas de menor renda. Neste contexto, o Projeto de Lei propõe que o atendimento de HIS poderá ocorrer em área externa ao perímetro da ZEIS (art. 5º, § 2º, Lei Complementar nº 2.927/2018), desde que haja justificativa e interesse objetivo para a política municipal de habitação, ouvindo-se a Câmara Técnica de Habitação de Interesse Social.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

Outra modificação proposta acerca da Lei Complementar nº 2.927/2018, destacam-se as questões relativas à área útil da Unidade Padrão de 38,0m², definida pelo artigo 8º. Tal metragem levou a exclusão de parte dos projetos realizados por não possuírem a metragem citada e utilizam sistemas construtivos que não possibilitam rápida modificação, causando prejuízo para a produção de habitação de interesse social. Vale ainda ressaltar que tais projetos, cumprem com a metragem mínima requerida dos ambientes e, mesmo assim, a somatória de tais metragens é inferior ao mínimo exigido pela Lei. Assim, o Projeto de Lei propõe mudança da área útil de 38,0m² para área privativa de 40,0m² da Unidade Padrão (art. 8º, I, Lei Complementar nº 2.927/2018). Sobre a área construída mínima da Unidade Evolutiva em PI-HI, esta passa a ser de 20,0m² para substituir o termo “área útil” para “área construída”, visando facilitar o cálculo da área e padronizar nomenclatura.

Ainda sobre as mudanças relativas à Lei Complementar nº 2.927/2018, no que se refere a desdobro, durante o processo de elaboração da Lei de HIS entendeu-se haver conflito entre as ZEIS (Zonas Especiais e Interesse Social) e as AIS (Áreas de Interesse Social) da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LC 2157/07). Assim, a Lei de HIS revogou os artigos que dispunham sobre as AIS (arts. 97, 98 e 99 da LC nº 2.157/2007), tornando também revogadas as regras que tratavam sobre desdobro. Por tal razão, vários processos de desdobro encontram-se paralisados por este vácuo na legislação que agora é reparado.

Assim, o Projeto de Lei propõe texto que modifica os artigos 23, 29 e 42 da Lei Complementar nº 2.927/2018 e prevê que será possível realizar o desdobro em caso de PIS (Parcelamento do Solo de Interesse Social) e nos casos de autoconstrução desde que não seja ultrapassado o resultado final de 3 lotes, na tentativa de dirimir os problemas relativos à especulação imobiliária relatados anteriormente.

O Projeto de Lei também regula os parâmetros para que sejam realizados os desdobros como frente, área mínima, faixa de acesso, assim



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

como comprovações de existência de edificação até a data de publicação de lei. Tal regulação não tem como fim determinar e resolver todas as questões relativas ao desdobro e sim dar suporte aos casos de habitação de interesse social que necessitem de regularização em situações já consolidadas. Com estas informações submetemos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar

Expostas, dessa forma, as razões que justificam a propositura, aguardamos seja a mesma apreciada e votada por esse Nobre Legislativo, nos termos do artigo 42 da Lei Orgânica do Município.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, os protestos de alto apreço e distinta consideração, subscrevemo-nos.

A t e n c i o s a m e n t e,


DUARTE NOGUEIRA
Prefeito Municipal

**À SUA EXCELÊNCIA
LINCOLN FERNANDES
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
N E S T A**



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

EM PAUTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS
Rib. Preto, 12 NOV 2019 de
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

94

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, APROVA O PLHIS - PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica instituída no Município de Ribeirão Preto, a Política Municipal de Habitação, com base nas disposições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e Lei Complementar Municipal nº 2.866, de 27 de abril de 2018 e aprova o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, constituído como Anexo I a esta lei.

Parágrafo único. O disposto na Lei de Habitação de Interesse Social, Lei Complementar Municipal nº 2.927, de 13 de dezembro de 2018, é parte integrante da Política Municipal de Habitação.

Art. 2º. A Política Municipal de Habitação tem por objetivo propiciar a oferta de condições dignas de moradia, a melhoria das unidades residenciais e a regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda em locais adequados para moradia, viabilizando infraestrutura, equipamentos sociais e de serviços, reduzindo o déficit habitacional sobretudo das famílias de mais baixa renda e desprovidas de moradia adequada, e contribuindo para a superação das desigualdades sociais.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Art. 3º. A Política de Habitação e dos Programas de Habitação será executada pela Secretaria de Planejamento e Gestão Pública em parceria com os demais órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, tendo como objetivos gerais:

I - efetuar e manter o cadastramento e a seleção-habilitação das famílias de baixa renda, segundo os critérios estabelecidos nesta lei, para assentamento nos projetos habitacionais;

II - identificar as áreas públicas e privadas, e comunidades, elaborar os respectivos Projetos e Planos de Urbanização a serem implantados, articulando recursos públicos e privados para viabilizar os empreendimentos em condições acessíveis a demanda habitacional;

III - apoiar regularização fundiária de Interesse Específico e, especialmente os da modalidade Interesse Social (REURB-S) dos núcleos urbanos informais inseridos no Programa de Regularização Fundiária, criado pelo Decreto Municipal nº 360/2017;

IV - formular os critérios e condições de ressarcimento dos recursos públicos municipais alocados nos Programas e Projetos habitacionais;

V - priorizar a remoção de unidades residenciais localizadas em áreas de risco, de preservação ambiental e/ou que interfiram na implantação de obras públicas, garantindo a relocação com soluções de moradia se caracterizada a consolidação;

VI - coordenar e organizar as contrapartidas de empreendimentos que provocam impactos urbanísticos, ambiental e social, cujos instrumentos e procedimentos serão definidos em regulação específica;

VII - priorizar a produção de unidades habitacionais de interesse social em áreas consolidadas e dotadas de infraestrutura e o adequado aproveitamento dos vazios urbanos, terrenos ou edificações subutilizadas para fins habitacionais.

Art. 4º. Para inscrever-se no cadastro de demanda habitacional o interessado deverá preencher os seguintes requisitos:



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

- I** - a renda familiar mensal não poderá ser superior a 6 (seis) salários mínimos;
- II** - ser maior de 18 (dezoito) anos de idade ou emancipado;
- III** - residir ou trabalhar no município;
- IV** - não ser proprietário ou ter cônjuge ou companheiro cessionário, promitente comprador, usufrutuário de imóvel onde seja permitido o uso residencial;
- V** - não ter sido beneficiado anteriormente por qualquer outro Programa Habitacional de Interesse Social.

Art. 5º. Para efeito de serem selecionadas para o Programa Municipal de Habitação, terão prioridade famílias:

- I** - residir em condições de déficit habitacional;
- II** - com maior número de filhos e com filhos ou dependentes menores de 18 (dezoito) anos;
- III** - que residam em moradias ou áreas de risco e em locais de remoção determinada pela justiça;
- IV** - chefiadas por mulheres;
- V** - composta por pessoas com deficiências e idosos;
- VI** - com menor renda;
- VII** - que residam no município há mais tempo.

§ 1º. Deverão ser observados os requisitos estabelecidos em leis federais e estaduais aplicáveis, sobretudo quando envolver recursos destas fontes.

§ 2º. A regulamentação, os casos extraordinários, as situações especiais de critérios e condições adicionais serão apreciados pelo Conselho Municipal de Habitação.

Art. 6º. São receitas para implementação da Política Municipal de Habitação:

- I** - recursos oriundos de Fundos e dotações do orçamento do Município;



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

- II** - de qualquer natureza;
- III** - provenientes de convênios e parcerias;
- IV** - fontes federais e estaduais destinados à habitação e infraestrutura;
- V** - de contrapartidas.

Art. 7º. Fica criado o Conselho Municipal de Habitação, órgão de caráter deliberativo, composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil, em conformidade com as diretrizes constantes do Plano Diretor e da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto.

Art. 8º. Compete ao Conselho Municipal de Habitação:

- I** - propor as diretrizes para a formulação e implementação da Política e do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, bem como acompanhar e avaliar a sua execução;
- II** - avaliar as alternativas de fontes e recursos existentes, federais estaduais e municipais existentes para programas habitacionais e apoiar medidas para que sejam viabilizados;
- III** - acompanhar por meio das audiências públicas a elaboração dos Planos Plurianuais - PPA e das Leis Orçamentárias Anuais – LOAS, nas três esferas de governo, e apoiar medidas para inserir dotações para cumprimento das metas do Plano Local de Habitação de Interesse Social;
- IV** - sugerir programas e projetos de habitação de interesse social;
- V** - convocar e implementar a Conferência Municipal de Habitação, que será aberta à população e aos órgãos e entidades participantes do Conselho e terá periodicidade bienal;
- VI** - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FIN-MORAR;
- VII** - emitir parecer sobre assuntos de sua competência, especialmente quanto às contas e relatórios de gestão do FIN-MORAR;



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

- VIII** - propor limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para a devida aplicação dos recursos do FIN-MORAR;
- IX** - acompanhar e fiscalizar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados;
- X** - propor a política de subsídios na área de financiamento habitacional e as condições de retorno dos investimentos;
- XI** - propor a forma de repasse a terceiros dos recursos sob a responsabilidade do FIN-MORAR;
- XII** - propor critérios e formas para as transferências dos imóveis vinculados ao FIN-MORAR aos beneficiários dos programas habitacionais;
- XIII** - acompanhar a gestão do FUNDURB – Fundo de Desenvolvimento Urbano e indicar prioridades de destinação de recursos para a área da habitação de interesse social;
- XIV** - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. As atribuições previstas à Companhia Habitacional de Ribeirão Preto Cohab-RP, na Lei Complementar nº 239, de 31 de maio de 1993, relativamente ao FIN-MORAR, passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão Pública.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Habitação será constituído pelos seguintes membros e respectivos suplentes, a seguir relacionados:

- I** - Secretário de Planejamento e Gestão Pública, que o presidirá;
- II** - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública;
- III** - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV** - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- V** - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- VI** - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Casa Civil;



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

VII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

VIII - 01 (um) representante da COHAB – Companhia Habitacional de Ribeirão Preto;

IX - 01 (um) representante do DAERP – Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto;

X - 03 (três) representantes dos movimentos populares por moradia;

XI - 02 (dois) representantes das associações de moradores ou dos inscritos no cadastro de demanda por moradia;

XII - 01 (um) representante de entidade ou empresas de construção civil;

XIII - 01 (um) representante de entidade profissional;

XIV - 02 (dois) representante das Universidades ou Centros Universitários locais.

§ 1º. Em caso de empate nas votações, o Presidente do Conselho Municipal de Habitação exercerá o voto de qualidade.

§ 2º. Caberá à Secretaria de Planejamento e Gestão Pública propiciar o apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Habitação.

§ 3º. Os representantes da sociedade civil serão eleitos na Conferência Municipal de Habitação ou em Assembleia especialmente convocada para este fim.

§ 4º. Os membros do Conselho e os respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante indicação realizada de acordo com a regulamentação da presente lei.

§ 5º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sendo exercido gratuitamente e considerando como de relevante interesse público.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

§ 6º. O Presidente do Conselho poderá autorizar convite a entidades, autoridades e munícipes para participar de reuniões do Colegiado, justificadamente aos seus membros.

§ 7º. Na ausência de candidatos ou não vacância de algum segmento da sociedade civil, as vagas poderão ofertadas aos demais segmentos.

Art. 10. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 03 (três) meses, e extraordinariamente, com a frequência que for necessária, com a convocação em, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, constando a pauta da reunião, bem como informações quanto a matéria a ser apreciada

Art. 11. Para a implantação da Política Municipal de Habitação, definida nesta lei, além do disposto da Lei Complementar Municipal nº 2.927, de 2018 - Lei de HIS, o Poder Público Municipal poderá desenvolver projetos específicos, ficando autorizado a celebrar convênios e parcerias com outros entes da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, suas autarquias e fundações e com entidades governamentais e não-governamentais.

§ 1º. As metas, quantitativos e valores indicados no PLHIS, Anexo I, são referências obtidas em função de cenários econômicos e sociais disponíveis no período da sua elaboração, podendo ser revistos periodicamente em razão de novas informações bem como da evolução da econômica do país e das condições reais de recursos disponibilizados.

§ 2º. Compete ao Conselho Municipal de Habitação, anualmente, apreciar o balanço de realizações previstas e realizadas e redimensionamento operacional das metas do PLHIS para os exercícios subsequentes.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

Art. 12. O artigo 5º da Lei Complementar nº 2.927, de 13 de dezembro de 2018, Lei de Habitação de Interesse Social, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 5º**..... omissis

(...)

§ 2º. A exigência estabelecida no inciso I do **caput**, poderá ser atendida em área externa ao perímetro da ZEIS, em um ou mais lotes, utilizando-se o total da área a ser construída computável do empreendimento em todos os lotes envolvidos como base para o cálculo da percentagem a ser destinada para HIS:

I - o atendimento em área externa à ZEIS ocorrerá em caráter excepcional mediante justificativa de inviabilidade de atendimento do percentual mínimo de classe HIS no local do empreendimento ou flagrante interesse em favor da Política Municipal de Habitação, mediante justificativa técnica, ouvida a Câmara Técnica de Habitação de Interesse Social;

II - a autorização para transferência do atendimento fica condicionada à avaliação de viabilidade pela municipalidade e ocorrerá, preferencialmente, dentro da mesma unidade de ocupação planejada, ou excepcionalmente em unidade de ocupação planejada contígua à unidade onde se localiza a ZEIS, ou em outra região, justificado o interesse da Política Municipal de Habitação.

(...)”.

Art. 13. O artigo 8º da Lei Complementar nº 2.927, de 13 de dezembro de 2018, Lei de Habitação de Interesse Social, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 8º** omissis

I - a Unidade Padrão terá área privativa mínima de 40,0 m² (quarenta metros quadrados), e será composta por, pelo menos, 2 (dois) dormitórios, sanitário, sala, cozinha e área de serviço;



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

II - a Unidade Evolutiva somente será admitida em PI-HIS para as unidades destinadas a HIS 1 e 2, terá área construída mínima de 20,0 m² (vinte metros quadrados) e será composta por, no mínimo, um cômodo de uso múltiplo e um banheiro, desde que atendidas as seguintes condições:

(...)

§ 1º. A Unidade Padrão, no inciso I, poderá ser admitida com um único dormitório e com a área privativa mínima de 30,00 m² (trinta metros quadrados), nos seguintes casos:

(...)

§ 2º. A Unidade Padrão, referida no inciso I, poderá ser admitida com área privativa mínima de 38,00 m² (trinta e oito metros quadrados) para casas com área de serviço externa.

(...)

§ 4º. Considera-se área privativa, a área construída, exclusiva da unidade habitacional, incluindo os espaços ocupados pelas paredes, colunas e outros elementos construtivos.

§ 5º. A unidade evolutiva poderá ser admitida de forma excepcional, sem enquadramento em PI-HIS, nos casos de autoconstrução por famílias que estejam cadastradas no Sistema Municipal de Administração da Demanda Habitacional, desde que vinculada orientação técnica de arquitetura e engenharia para construção.”

Art. 14. Inclui inciso III no **caput** do artigo 23 da Lei Complementar nº 2.927, de 13 de dezembro de 2018, Lei de Habitação de Interesse Social, com a seguinte redação:

“**Art. 23** omissis

(...)

III – na modalidade de desdobro, se promovido por pessoas físicas proprietárias e residentes no lote objeto do parcelamento, frente mínima de 5 (cinco) metros e área mínima de 125 (cento e vinte e cinco) metros quadrados ou frente mínima de



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

1,50 (um vírgula cinquenta) metros, caracterizado como corredor de acesso com largura mínima de 1,50 (um vírgula cinquenta) metros e comprimento máximo de 25 (vinte e cinco) metros, desde que o corpo principal do lote tenha 90 (noventa) metros quadrados e largura mínima de 4 (quatro) metros.

(...)"

Art. 15. Inclui inciso III no parágrafo único do artigo 29 da Lei Complementar nº 2.927, de 13 de dezembro de 2018, Lei de Habitação de Interesse Social, com a seguinte redação:

“**Art. 29** omissis

(...)

Parágrafo único. omissis

(...)

III - na modalidade de desdobro, se promovido por pessoas físicas proprietárias e residentes no lote objeto de PI-HIS, frente mínima de 1,5 m (um metro e meio), caracterizada como corredor de acesso com largura mínima de 1,50 e comprimento máximo de 25 (vinte e cinco) metros, desde que o corpo principal do lote tenha 70 (setenta) metros quadrados e largura mínima de 4 (quatro) metros;”

Art. 16. Inclui o parágrafo 9º no artigo 42 da Lei Complementar nº 2.927, de 13 de dezembro de 2018, Lei de Habitação de Interesse Social, com a seguinte redação:

“**Art. 42** omissis

(...)

§ 9º. No caso de PI-HIS – Plano Integrado Habitacional de Interesse Social e no caso de autoconstrução, promovido por pessoa física, proprietária de um único lote no município, cujo parcelamento não resulte em mais de 3 (três) lotes, a seleção ficará, excepcionalmente, a cargo do promotor, devendo os beneficiários serem cadastrados no Sistema Municipal de Administração da Demanda Habitacional.”



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

Art. 17. Será admitido o desdobro de lote, resultante de parcelamento regular do solo, que atendam as seguintes condições:

I - frente mínima de 5 (cinco) metros e área mínima de 125 (cento e vinte e cinco) metros quadrados;

II - frente mínima de 1.50 m (um metro e meio) caracterizada como faixa de acesso à área útil de lote de fundos, e área mínima de 125 (cento e vinte e cinco) metros, desde que a faixa de acesso seja interna ao imóvel urbano e para acesso de pedestres.

§ 1º. Para admissão de desdobro deverá ser comprovada a existência, até a data de publicação desta lei, de, ao menos, uma edificação em todas as partes resultantes, contendo ao menos uma edificação de uso residencial.

§ 2º. Deverá ser respeitado, no que couber, as restrições cartoriais e ou legislação vigente incidentes no lote para o deferimento dos pedidos de desdobro com base neste artigo.

§ 3º. A aplicação do disposto no **caput** será permitida somente para os processos administrativos existentes ou protocolados em até 2 (dois) anos desde a publicação desta lei, e com a devida solicitação de desdobro nas condições aqui estabelecidas.

Art. 18. O Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias para regulamentar a presente lei, contados da sua publicação.

Art. 19. Fica revogada a Lei Complementar nº 2.351, de 26 de maio de 2009, bem como as demais disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Gabinete do Prefeito

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO RIO BRANCO



DUARTE NOGUEIRA
Prefeito Municipal